



JUSTIFICATIVA PELA ADOÇÃO DO ORÇAMENTO SIGILOSO

O orçamento estimado para o Processo Licitatório nº **2025.10.28.0015**, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, encontra-se sob orçamento sigiloso, pois busca-se a apresentação das propostas dos Licitantes oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar.

A Lei nº 14.133/2021 menciona no art. 24 que “desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...” e art. 56. § 1º que “A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto....”

Nesse sentido, necessário se faz mencionar o entendimento do ilustre Ronny Charles Lopes de Torres, que preconiza, in verbis:

“A ocultação da estimativa de custos (orçamento sigiloso), pela Administração, pode equilibrar um pouco a assimetria de informações entre ela e os licitantes, o que, dependendo da modelagem adotada, pode induzir que os licitantes apresentem propostas in. ciais mais próximas de seus preços efetivos, além de gerar certa vantagem para o agente de contratação ou pregoeiro, na fase de negociação. Sob esse prisma, o orçamento sigiloso, que sempre deverá estar aberto aos órgãos de controle, tem o condão de omitir dos interessados na relação negocial (licitantes) o valor máximo que a Administração se propõe a pagar, imaginando-se que tal omissão auxiliará para que as propostas não sejam apresentadas com base nesse valor máximo admitido pela Administração, mas sim baseadas no real valor de mercado para aquela contratação.

O orçamento sigiloso deve ser compreendido de forma racional, como uma ferramenta que, com base em uma perspectiva econômica e pelo estabelecimento de incentivos adequados, pode ser bem utilizada em algumas situações, mas não como uma panaceia a solucionar os gigantescos desafios de alcançar-se uma contratação mais vantajosa e evitar a cartelização de concorrentes.

Trata-se de enorme evolução, não apenas por permitir que a Administração possa (como é natural a qualquer negociador) não informar previamente o preço máximo que aceita pagar, mas, sobretudo, por deixar claro que esta opção é discricionária, permitindo flexibilidade à decisão” (TORRES, Ronny Charles de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 15.ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, p. 220).

Conforme Zymmler e Dios (2014, p. 117),

“A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.”

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

“Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame”

A decisão de adotar o orçamento sigiloso se baseia nos seguintes aspectos técnicos:

- a) **Complexidade do Objeto da Licitação**, pois possui características complexas e específicas, que exigem dos licitantes um profundo conhecimento técnico e mercadológico para a formulação de suas propostas. A divulgação do orçamento estimado poderia induzir os licitantes a ajustar seus preços com base no valor de referência, em vez de formular suas propostas com base em seus próprios custos e estratégias, prejudicando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- b) **Risco de Conluio entre os Licitantes** visto que a natureza do objeto, e as características do mercado em que se insere, podem favorecer a ação de empresas que buscam combinar preços e direcionar o resultado da licitação. A divulgação do orçamento estimado poderia facilitar a ação de grupos de empresas que, ao terem acesso ao valor de referência, poderiam ajustar seus preços de forma coordenada, frustrando o caráter competitivo do certame e prejudicando o interesse público.
- c) **Necessidade de Preservar a Competitividade do Processo**, pois a manutenção do sigilo do orçamento estimado visa estimular os licitantes a oferecerem seus melhores preços, sem que estes sejam influenciados por um valor de referência. Ao desconhecerem o valor estimado pela Administração, os licitantes são incentivados a formular suas propostas com base em seus próprios custos e capacidades, buscando oferecer o preço mais competitivo possível. Essa medida contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos.

Desta forma a decisão de manter o orçamento em sigilo, amparada na Lei nº 14.133/2021 visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, preservando a competitividade do processo licitatório e evitando o risco de conluio entre os licitantes. Acreditamos que essa medida contribuirá para o uso eficiente dos recursos públicos e para a satisfação do interesse coletivo.

O orçamento sigiloso será disponibilizado aos órgãos de controle interno e externo, como o Tribunal de Contas da União, caso solicitado, em atendimento ao princípio da transparência.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Após a homologação do resultado da licitação ocorrerá a divulgação do orçamento garantindo que o processo licitatório tenha transcorrido de forma competitiva e transparente, sem que o sigilo do orçamento tenha prejudicado a seleção da proposta mais vantajosa.

Em ____/____/2026.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025